

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Bom Jardim de Minas, 20 de Janeiro de 2026.

À

Comissão Permanente de Licitação  
Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas  
A/C: Rafaela Oliveira da Silva

**Assunto:** Solicitação de Retificação **PROCESSO LICITATÓRIO N° 141/2025, INEXIGIBILIDADE N° 20/2025, CREDENCIAMENTO N° 09/2025** – Exclusão de exigência para apresentação de Certificado ou registro no Conselho Regional de Farmácia ou Biomedicina da Pessoa Física responsável técnico.

Prezados,

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio deste ofício, solicita a retificação do Credenciamento nº 09/2025, Processo nº 141/2025, Inexigibilidade nº 20/2025, cujo objeto é o credenciamento de clínica de especialidades médicas para realizar consultas e exames.

Após análise e em conformidade com as especificidades da natureza dos serviços, solicitamos a exclusão da exigência do item 5.4.3, que trata da apresentação de Certificado ou registro no Conselho Regional de Farmácia ou Biomedicina da Pessoa Física responsável técnico e a inclusão de comprovação de vínculo e habilitação do responsável técnico da clínica, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), em nome do profissional indicado como responsável técnico,

A alteração do item 5.4.3 do edital faz-se necessária para adequar as exigências de habilitação técnica à natureza dos serviços a serem prestados no credenciamento de clínica médica. A redação anteriormente prevista, que exigia a apresentação de certificado ou registro no Conselho Regional de Farmácia ou de Biomedicina do responsável técnico, não se mostra compatível com as atividades objeto do credenciamento, as quais são de competência privativa de profissionais médicos.

Dessa forma, a exigência de responsável técnico inscrito em conselho profissional diverso do Conselho Regional de Medicina poderia gerar inconsistências técnicas, restrição indevida à competitividade e insegurança jurídica quanto à responsabilidade técnica pelos serviços médicos prestados.

Assim, propõe-se a substituição do referido item para estabelecer, de forma clara e adequada, a obrigatoriedade de comprovação de vínculo e habilitação do responsável técnico médico da clínica, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de Inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), em nome do profissional indicado como responsável técnico, válida e vigente. A alteração assegura a conformidade do edital com a legislação profissional aplicável, com as normas dos conselhos de classe e com os princípios da legalidade, isonomia e eficiência, garantindo maior segurança técnica e jurídica ao processo de credenciamento.

Agradecemos desde já pela compreensão e colaboração e ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Eliana Maria Nunes**

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura de Bom Jardim de Minas